



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ, E A EMPREENDIMENTO  
EDUCACIONAL MARACANAÚ LTDA,  
MANTENEDORA DA FACULDADE  
METROPOLITANO DA GRANDE FORTALEZA  
- FAMETRO (PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 8521290-40.2017.8.06.0000)**

**CV N.º 217/2017**

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente **TJCE**, estabelecido no Centro Administrativo do Cambé, neste ato representado pela Exmo. Presidente, Des. Francisco Gladysson Pontes, e o **EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL MARACANAÚ LTDA**, através de sua Instituição de Ensino Superior – **FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE FORTALEZA**, doravante denominada **FAMETRO**, situada na Rua Conselheiro Estelita, nº 500, Bairro Jacarecanga, Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ sob o nº 03.884.793/0001-47, neste ato representada por sua Diretora Geral, Christianne Melo de Leopoldino, resolvem firmar o presente Convênio mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

***Cláusula Primeira – Do Objeto***

Por meio do presente termo, a **FAMETRO** cede um prédio situado na Rua Conselheiro Estelita, 547, Jacarecanga, Fortaleza, Ceará, área construída de 160 m², reformada de acordo com o projeto arquitetônico fornecido pelo **TJCE** e mobiliada nos padrões da **FAMETRO**, para o funcionamento da 13ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal – **JECC**.

***Cláusula Segunda – Das Obrigações da FAMETRO***

a) promover, em tempo hábil a execução da obra de reforma do imóvel objeto deste convênio para instalação da 13ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal – **JECC**, sendo responsável por aprovar nos órgãos competentes todos os projetos necessários para a boa execução da obra;



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

b) providenciar o mobiliário necessário à eficácia da prestação jurisdicional;

c) promover a boa conservação do imóvel objeto deste convênio, realizando, inclusive, os consertos que se fizerem necessários no local, fazendo a manutenção da climatização, pintura, mobília, instalações elétricas, telefônicas e lógicas, portas, janelas, fechaduras, luminárias, extintores de incêndio, grades de proteção de ferro, placa indicativa do Juizado Especial, as suas expensas, de acordo com o projeto idealizado pelo TJCE, constante dos seguintes ambientes:

- 1) Sala de espera de audiência;
- 2) Sala do Ministério Público;
- 3) Gabinete de Juiz;
- 4) Sala da Defensoria Pública;
- 5) Sala da OAB;
- 6) Sala de Audiências de Instrução;
- 7) Sala de Audiências de Conciliação;
- 8) Sala de Secretaria com balcão de atendimento ao público;
- 9) Almoxarifado.

d) ceder, além das áreas mencionadas, 06 (seis) vagas no estacionamento da Faculdade **FAMETRO**, para uso exclusivo do Juiz, Promotor de Justiça, Defensor Público, e demais servidores da Unidade;

e) disponibilizar o uso dos banheiros masculino, feminino e para portadores de deficiência existentes no prédio para os integrantes do Juizado Especial, bem como para os jurisdicionados;

f) arcar com as despesas de energia elétrica, água e esgoto, tributos do prédio sede da 13ª unidade do JECC, bem como fornecer, por meio de seus funcionários, serviços de limpeza da referida área;

g) promover a segurança da área ora cedida, por meio de vigilância particular;

h) disponibilizar, anualmente, 04 estagiários, acadêmicos do Curso de Direito da **FAMETRO**, selecionados por ela e às suas expensas, atendendo amplamente o eixo de formação prática, com aproveitamento nas disciplinas do estágio de prática jurídica;

i) garantir, semestralmente, a atuação de discentes do Curso de Direito da **FAMETRO**, em número suficiente, que estejam cursando a disciplina de estágio de processo civil, para a realização do serviço de peticionamento relativo às peculiaridades da Lei nº 9.099/95, como forma de proporcionar aos alunos o devido treinamento das atividades profissionais dos operadores do direito, podendo ser aplicado, inclusive, nas



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

dependências desta 13ª unidade do JECC, sob a supervisão da **FAMETRO**.

***Cláusula Terceira – Das Obrigações do TJCE***

a) destinar a área recebida em cessão, exclusivamente, para o funcionamento da 13ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal – JECC, sob a sua responsabilidade, atendendo à população de sua jurisdição em conformidade com o artigo 7º, parágrafo único da Lei nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995;

b) oferecer a prestação jurisdicional em dois turnos para todos os tipos de atendimento realizados pelos JECCs, com protocolo local até as 18:00 horas;

c) assumir inteira responsabilidade por eventuais danos e prejuízos imputáveis ao **TJCE** ou a seus prepostos, eventualmente suportados pela **FAMETRO** ou por terceiros em face do funcionamento da 13ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, correndo quaisquer despesas advindas, à conta do orçamento do **TJCE**;

d) cuidar do espaço cedido, não podendo utilizá-lo senão de acordo com o presente convênio, sob pena de responder por perdas e danos;

e) arcar com as despesas de internet e telefonia;

f) disponibilizar computadores e demais periféricos de informática, e realizar a manutenção de tais equipamentos;

g) preferivelmente ter por estagiários na 13ª Unidade do JECC acadêmicos do Curso de Direito da **FAMETRO**, desde que preenchidos os requisitos legais para sua admissão pelo Núcleo de Estágio do **TJCE**.

***Cláusula Quarta – Das Proibições a FAMETRO***

É vedado à **FAMETRO**:

a) permitir que seus funcionários ou prepostos adentrem, quando não autorizados pela autoridade competente, às áreas privativas do Juizado Especial, tais como Gabinete do Juiz, Sala do Promotor de Justiça, Secretaria do Juizado, Sala de Bens Apreendidos, etc.;

b) permitir que seus funcionários ou prepostos abram ou permaneçam nas dependências do Juizado Especial fora do horário de expediente forense;

c) desempenhar, permitir, promover ou incentivar quaisquer atividades que impeçam ou prejudiquem o bom funcionamento do Juizado Especial no espaço cedido.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

***Cláusula Quinta – Das Proibições do TJCE***

É vedado ao **TJCE**:

- a) permitir, sob qualquer título, a utilização do espaço ou parte dele, por terceiros, mesmo em se tratando de entidade pública;
- b) transferir ou ceder, sob qualquer forma, o objeto do presente convênio, a quem quer que seja, salvo se por acordo das partes formalmente celebrado.
- c) encerrar as atividades ou modificar horários de funcionamento forense do Juizado Especial sem prévia comunicação à **FAMETRO**.

***Cláusula Sexta – Do Prazo do Convênio***

O presente instrumento terá vigência por 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido a qualquer tempo, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

***Cláusula Setima – Das Alterações***

As partes, de comum acordo, quando as exigências dos serviços judiciais assim recomendarem, poderão modificar as cláusulas do presente termo, desde que a modificação opere-se em prol da melhoria das condições de funcionamento das atividades desenvolvidas pela 13ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal.

**Parágrafo Único** – Todas as benfeitorias realizadas no imóvel objeto deste Termo, serão de responsabilidade da FAMETRO e ficarão incorporadas ao imóvel cedido.

***Cláusula Oitava – Dos Casos Omissos***

Os casos omissos e os que tornarem controvertidos serão decididos pelo representante legal da **FAMETRO** e o Presidente do **TJCE**, no prazo de 10 (dez) dias da ciência de uma parte pela outra.

**Parágrafo Único** – Caso a solução da omissão ou controvérsia implique em alteração do presente convênio, será feito através de aditivo acordado pelas partes.

***Cláusula Nona – Da Denúncia***



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

O presente instrumento poderá ser denunciado por conveniência do **TJCE**, bem como por conveniência da **FAMETRO**, por desobediência das partes de qualquer de suas cláusulas ou condições, por interesse comum das partes, ou pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável, ou, ainda, pelo vencimento do prazo do uso para o qual o imóvel foi concedido.

***Cláusula Décima – Da Publicação***

O presente convênio será publicado, em extrato, no Diário da Justiça Eletrônico, na forma do art. 61 e seu parágrafo único, da Lei 8.666/93.

***Cláusula Décima Primeira – Do Foro***

Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E por estarem em pleno acordo, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias, na presença das testemunhas, que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza/CE, 14 de dezembro de 2017.

**DES. FRANCISCO GLADYSSON PONTES**  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**CHRISTIANNE MELO DE LEOPOLDINO**  
**DIRETORA GERAL E ACADÊMICA**

**Empreendimento Educacional Maracanaú Ltda – FAMETRO**

TESTEMUNHAS:

